

A INTEGRAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA ATUAL NO CONTEXTO SULAMERICANO: DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL E A AGENDA NA OMC SOBRE EDUCAÇÃO PARA A REGIÃO

Aloysio Marthins de Araújo Junior¹

Resumo

Autores de inclinação liberal têm defendido que o mundo atual está globalizado, no qual os países não mantêm mais restrições ao comércio e serviços. Todavia, as desigualdades socioeconômicas, regionais e espaciais fazem com que os países latino-americanos necessitem de aportes financeiros e produtivos das nações mais ricas. Isto irá se refletir nos campos social, econômico e educacional no sentido da necessidade de formação de uma mão de obra mais especializada e na formação de docentes. Historicamente a América Latina tem sua inserção na economia mundial de forma subordinada, derivada de diferentes fatores e sob a injunção de variados organismos internacionais. Assim, esta pesquisa objetiva a análise das relações internacionais, no âmbito dos países que compõem o Mercosul, enfocando as políticas educacionais em andamento nestes países a partir das ações do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, sob a ótica da geografia econômica e política. A investigação seguiu uma metodologia qualitativa, na forma de análise documental e indutiva. Foi imprescindível interagir teoricamente com várias ciências humanas, pois é inegável que uma única ciência possa dar conta de múltiplas complexidades. Espera-se com esta investigação poder contribuir para o debate acerca da resolução sobre os graves problemas latino-americanos, particularmente ligados ao ensino.

Palavras-chave: Integração Regional; Mundialização do capital; Instituições Internacionais; Geografia.

¹ Doutor em Ciências Humanas (Geografia) pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Correo electrónico: aloycio@ced.ufsc.br

Introdução

Até o início da década de 1980, era forte a presença do Estado em atividades produtivas ou no incentivo a setores carentes e dependentes de produtos e processos estrangeiros. Todavia, a mudança de rumo das políticas econômicas e sociais latino-americanas começou a ser delineada desde meados dos anos 1980, mas foi somente a partir do final desta mesma década e início da seguinte que ações mais concretas foram implementadas.

No Brasil, a partir do governo Collor de Mello (1990-92), e na Argentina, com o governo Carlos Menem, para citar apenas dois exemplos, as políticas denominadas “neoliberais” contidas no que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, foram sendo implementadas de maneira quase acrítica. Com esta visão, o papel de cada Estado nacional não seria mais o mesmo, pois havia esgotado sua capacidade de investimentos e de planejar o desenvolvimento estratégico. O novo promotor do desenvolvimento deveria ser o “mercado”, apresentado como fórmula da modernização e da eficiência gerencial.

O encontro sinalizava a adoção imediata do receituário neoliberal, tais como as privatizações, a promoção do livre-comércio, pela redução das atribuições do Estado como investidor direto etc. Porém, de acordo com Gorender (1995) não se pode afirmar que os Estados nacionais deixaram de exercer seu poder e papel centralizador na tomada de decisões em políticas de desenvolvimento. Para Hirst; Thompson (1998, p. 18),

(...) as tendências à internacionalização podem ser acomodadas dentro de uma visão modificada do sistema econômico mundial que ainda atribui um papel importante às políticas e atores no nível nacional.

Ao adotar políticas neoliberais, a América Latina aumentou sua vulnerabilidade externa, devido ao caráter recessivo das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), levando também a instabilidades políticas e à degradação da qualidade de vida de suas populações; além da drenagem de recursos para pagamento de suas respectivas dívidas externas.

No Brasil, isto trouxe reflexos geopolíticos e educacionais, fazendo com que o país aprofundasse os contatos entre as economias dos países sul-

americanos, e, ao mesmo tempo, uma maior mercantilização da educação - não apenas na atuação de grandes grupos empresariais nacionais, mas estrangeiros também. Assim, a Universidade foi desafiada (obrigada) a buscar alternativas para a formação de professores e outros profissionais.

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica das transformações institucionais (econômicas, políticas e sociais) ocorridas nos duas últimas décadas e seus desdobramentos mais recentes no tocante as relações internacionais e aos blocos econômicos nos países participantes do Mercado Comum do Sul e as possíveis ações de integração na área educacional nesta região².

Considerando tais aspectos, cria-se a necessidade de se ampliar os estudos a respeito das transformações das relações econômicas, políticas, sociais e institucionais e, particularmente, as Políticas Educacionais nas Relações Internacionais no Cone Sul entre os países componentes desta região, objeto deste artigo.

Os Blocos Econômicos

A necessidade de cooperação econômica e militar entre regiões ou Estados nacionais é bastante antiga. São exemplos deste processo, a Liga Hanseática (século XIII), o *Zollverein* (Estados Prussianos, 1834), a Comunidade Econômica Europeia (1957). Estes processos de integração foram desencadeados pela necessidade de fortalecimento dos Estados nacionais, que buscavam atingir estas metas. Atualmente existem múltiplos exemplos de acordos visando a integração econômica e regional, porém, vários deles ainda estão em formação, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial a política externa norte-americana começou a incentivar a criação de áreas de cooperação econômica e militar, com o intuito de aumentar sua influência geopolítica. As economias da Europa ocidental e do Japão, destruídas, fizeram com que os Estados Unidos fosse a única potência capaz de alavancar um processo de reconstrução mundial. A formação de um bloco socialista liderado pela União Soviética levou

² Este artigo é produto da pesquisa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - edital n. 002 de 1º de Abril de 2009, desenvolvida entre os meses de agosto de 2009 a julho de 2010, no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

a uma divisão do mundo em dois grandes blocos, que se caracterizaria pela bipolaridade (capitalismo *versus* socialismo).

Ao findar este “mundo bipolar” no final dos anos 1980, os Estados Unidos voltam-se para o continente americano visando extrair maiores vantagens para suas empresas e tentando minimizar a influência da União Europeia que se consolidou como um bloco econômico e político. Dessa forma, a América Latina, ao final desta década, passaria por ajustes econômicos, políticos (redemocratização) e sociais, visando a maior integração entre seus pares e o aprofundamento de seus laços de amizade e cooperação.

A integração regional (e econômica) pode ser conceituada como a criação de um mercado sem restrições ao comércio e ao movimento de fatores de produção, inclusive mão de obra, coordenada por instituições que propiciem a integração de áreas geográficas vizinhas ou não.

Neste contexto, a formação do Mercosul tornou o Brasil mais atrativo para os investimentos estrangeiros. À medida que a internacionalização da economia se amplia, elevam-se as necessidades de integração regional e continental, buscando o maior intercâmbio comercial, além de outros fatores, tais como livre acesso de mercadorias e pessoas entre suas fronteiras, acordos de cooperação científica e tecnológica, educacional entre tantas outras.

Comércio internacional, integração regional e questões educacionais

O comércio mundial estrutura-se a partir de um centro de dominação econômica e política. Tal centro se interconecta entre si e entre regiões com menor influência política e econômica, como a América Latina.

Conforme Soja (1993), o desenvolvimento geograficamente desigual é um fator necessário e importante para o capitalismo mundial. Mesmo considerando as particularidades que o Brasil tem em relação aos processos que atuam localmente nos vários espaços de seu território e no restante do continente latino-americano, é possível encontrar uma gênese análoga e que se reproduz por todo o continente. A transferência geográfica de valor somente pode ser entendida pela própria troca desigual ancorada na diferenciação regional (ALVES, 2005).

Em modelos teóricos tradicionais, a atividade e o funcionamento do sistema econômico são analisados dentro de cada fronteira nacional, isto é, fechados. Pressupõe-se que as operações de troca, a divisão do trabalho e os mercados consumidores situam-se dentro de um país, sem manter quaisquer relações comerciais ou de qualquer outra forma com outros países³.

A integração regional, ou ainda, a formação de blocos econômicos, vem trazendo grandes transformações às políticas de comércio exterior, seja nos países industrializados, seja nos em desenvolvimento. São necessárias novas estruturas institucionais visando negociações multilaterais, além da formação de recursos humanos voltados à diplomacia comercial, promovendo as exportações. Nesse caso, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1995, se tornou a principal instituição internacional que tenta estabelecer e fazer cumprir as regras do comércio internacional.

É preciso salientar, ainda, que a formação de blocos econômicos se reflete na organização do espaço que reproduz a lógica capitalista de acumulação de capital. Além disso, no comércio mundial acontece uma concorrência acirrada e variados graus de protecionismos que geram a necessidade de novas formas de acumulação. Assim, oligopólios e monopólios criam uma segmentação e regionalização do espaço econômico e os blocos econômicos são as expressões desta necessidade de acumulação. Sua constituição leva à redução dos limites ao fluxo de mercadorias, capitais, serviços e mão de obra entre os países.

No campo educacional isto se verificará nas políticas adotadas pelos respectivos Estados Nacionais. De modo geral, os currículos das Universidades (Públicas ou Privadas) objetivam a formação de bacharéis, limitando a formação do licenciado à oferta segmentada de algumas disciplinas direcionadas para a docência. Esta organização curricular tem demonstrado

³ Trata-se de um modelo teórico-didático, não se verificando na realidade econômica. É evidente que nenhum país é auto-suficiente o bastante para não necessitar de produtos e serviços de outros países.

uma formação aquém das necessidades sociais e profissionais, pois falta uma maior articulação entre os saberes científicos aos saberes pedagógicos.

No caso brasileiro, durante o Regime Militar, havia o pensamento de que os países que ainda não tinham um sistema industrial completo necessitariam de conhecimentos técnicos para que se processasse sua entrada para um novo patamar, o dos países industrializados. Esta ideologia é retomada na década de 1990 com a prática de cunho liberal ressaltando a importância da qualificação técnica. A partir de então, tal formação deve ser centrada nas ciências que possam ser “utilizadas” imediatamente pelas empresas. Isto tem feito com que vários cursos superiores adaptem seus currículos para suprir tal demanda. Universidades e Centros de Ensino privados são os que mais têm se voltado a esta prática (BRAGA, 2004).

As exigências que o capital internacional têm feito aos países em desenvolvimento, principalmente desde a última década, vêm transformando as necessidades de educação (formal) das classes trabalhadoras, buscando maior aperfeiçoamento técnico. Assim, não é difícil reconhecer que as instituições de ensino superior são instadas a direcionar seus esforços no sentido de oferecer às empresas um profissional capacitado a enfrentar os desafios cotidianos das organizações. Entretanto, a Universidade (e, por extensão, o ensino) não pode submeter-se aos ditames do mercado, pois este é instável, dinâmico e visa o lucro. A educação não pode ocupar este lugar incômodo a reboque do capital.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – também conhecido como Banco Mundial foi criado através da carta de Bretton Woods em 1944, com a intenção de ser um instrumento de ajuda na reconstrução dos países da Europa (Ocidental) afetados pelos acontecimentos da Segunda Grande Guerra. No entanto, o Plano Marshall⁴ se encarregou disso, fazendo com que o papel do Banco Mundial diminuísse sua função e

⁴ O Plano Marshall foi um Programa de Recuperação Europeia criado pelos Estados Unidos, para a recuperação e estruturação de suas economias, entre 1947 a 1951. Além deste Plano, a Europa também recebeu investimentos do Bird.

fosse desvirtuada da original, passando a lidar de modo crescente com o papel do “desenvolvimento econômico” em países subdesenvolvidos.

Até os anos 1960 o Banco Mundial concentrou-se em arrecadar fundos para investimentos em infraestrutura e energia nos países devastados pela guerra e, a partir dessa década, o Banco iniciou investimentos em áreas educacionais. Os recursos para investimentos são levantados junto ao mercado financeiro (podendo ser governamentais ou privados) com baixas taxas de juros, sendo acrescidas de uma pequena quantia (*spread*⁵) para o pagamento dos custos. Quando um país toma um empréstimo junto ao Banco Mundial e não consegue saldar sua dívida, fica inapto a fazer novas negociações com o órgão até que sua dívida seja paga ou expire (de acordo com o tempo negociado).

Ainda nos acordos de Bretton Woods foram criados órgãos como o Fundo Monetário Internacional e o já citado Banco Mundial com a função de controle orçamentário e crescimento econômico dos Estados. No entanto, faltava ainda a criação de um órgão que regulamentasse as trocas comerciais existentes, facilitando o crescimento e atuação dos membros. Em 1946, com a formação da Organização das Nações Unidas, foi lançada a ideia de formar a Organização Internacional do Comércio (OIT); todavia, sua aprovação foi vetada pelos Estados Unidos porque, para este país, era impensável que uma organização supranacional viesse a substituí-los.

Pelo fato de a OIT não ter sido concretizada foi necessário desenvolver algo em que o comércio mundial pudesse se basear. Para tanto foi criado o GATT que era menos elaborado que a Carta de Havana⁶, na qual haviam sido inseridos os princípios e metas do OIT, e não era uma organização, mas sim um tratado entre nações. O GATT atuava através de “rodadas” de negociações entre os países e foi substituído pela Organização Mundial do Comércio, na chamada “Rodada do Uruguai”, que durou de 1986 a 1994.

⁵ *Spread* é a diferença entre o quanto os bancos pagam para os investidores e o quanto recebem (juros).

⁶ Foram várias as tentativas de criação de uma Instituição que regulasse o comércio internacional. A última delas, conhecida como Conferência de Havana ou Carta de Havana, participaram 56 países, sendo 30 destes em desenvolvimento. Ficou estabelecido então a Organização Internacional do Comércio, um órgão da Organização das Nações Unidas.

Dívida externa brasileira e latino-americana e neoliberalismo

A partir do final da década de 1960, os Estados Unidos passaram a sofrer forte concorrência no comércio exterior, particularmente do Japão e da Alemanha, devido a franca recuperação destes países no pós-guerra. Assim, os EUA estimularam empréstimos aos países latino-americanos para alavancarem seus respectivos parques produtivos, a juros bastante atrativos⁷. Todavia, a dívida externa, que girava em torno de US\$ 11 bilhões no início dos anos 1970, elevou-se para US\$ 40 bilhões (GREMAUD, 2002, p.522), entre 1974 a 1979. Isto se deu em função das necessidades de reorganização produtiva norte-americana para fazer frente aos novos concorrentes internacionais.

Os países latino-americanos em geral utilizaram a facilidade dos empréstimos vindos tanto dos Estados Unidos quanto do Japão e da Europa e cresceram mais rapidamente que o restante dos países subdesenvolvidos de outros continentes, aumentando a participação no mercado global e, por conseguinte, elevando suas respectivas dívidas externas (FRENCH-DAVIS, 1985).

Entretanto, no princípio dos anos 1980, os créditos baratos se retraem e há a necessidade de angariar recursos por parte dos Estados Unidos para reinvestirem em seu parque produtivo, relativamente ultrapassado em vários setores. A inflação nos Estados Unidos aumenta e com isso, são forçados a uma captação de dólares do mercado externo, exigindo o pagamento das dívidas através de controle econômico exercido pelas suas agências como Banco Mundial e FMI, afetando principalmente os países latino-americanos.

O final da década de 1980 pode ser considerado o ponto de inflexão do capitalismo, principalmente para os países periféricos, como a América Latina, pois, em 1989, em Washington D. C., Estados Unidos, houve uma reunião, convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Esta reunião ficou conhecida simbolicamente como “Consenso de Washington” e contou com a participação de funcionários do governo norte-americano, de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de diversos economistas da América Latina. Nesse encontro, a avaliação feita foi a de que os problemas das economias latino-americanas eram de origem interna, ou seja, não decorriam de antecedentes e políticas econômicas de caráter protecionista colocadas em prática principalmente pelos Estados Unidos da América.

⁷ Naquele período, havia um excesso de liquidez no mercado bancário e financeiro mundial e norte-americano, em particular, devido ao aumento do preço do petróleo em 1973, por conta dos países produtores ligados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que tinham a intenção de controlar a produção e os preços deste produto. Sem a redução drástica do consumo de petróleo, isto gerou enormes receitas a estes países que movimentavam tais recursos em bancos norte-americanos e europeus. Para o capitalismo é preciso que o capital se transforme em novo capital, daí o estímulo a empréstimos com juros bastante baixos.

Tais recomendações na época foram aceitas pela maioria dos governos dos latino-americanos⁸, de modo que ao adotar tais políticas, as economias neoliberais cresceriam vertiginosamente, reduzindo sua dependência do capital estrangeiro.

Para o Brasil, através do Banco Mundial, era sugerida a inserção no mercado internacional através da valorização e comercialização de produtos primários e; para os demais países latino-americanos, foi recomendada a participação de estudiosos de grandes universidades norte-americanas em cargos de responsabilidade, afim de que as ideias fossem implantadas com a visão economicista e neoliberal clássica (BATISTA, 1994).

No Chile, após o golpe contra Salvador Allende (1973), Pinochet impõe princípios a serem seguidos e que posteriormente foram chamados de neoliberais. Foram privatizadas grande número de empresas estratégicas para o país e o Produto Nacional Bruto (PNB) caiu constantemente nos anos seguintes. No Brasil, entre 1990 a 1998, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, várias ações foram realizadas, notadamente em relação às privatizações e extinção das tarifas aduaneiras, causando impactos nas importações brasileiras com produtos desnecessários e enorme déficit na balança comercial. A Argentina seguiu rumo parecido com o do Brasil, privatizando empresas com o diferencial de utilizar recursos do capital externo.

O Banco Mundial

O Banco Mundial é vinculado ao FMI e, em seus contratos existem cerca de 110 cláusulas condicionantes, incluindo as do Fundo (SILVA; GONZALEZ; BRUGIER, 2008). No entanto, os processos mais recentes desenvolvidos pelo Banco Mundial incluem a participação da OMC, sendo um problema econômico e educacional para os países que estão submetidos a esses contratos e às necessidades de obtenção de recursos internacionalmente.

Apesar de o Banco Mundial ser uma instituição que visa a diminuição da miséria e aumento da escolaridade, suas condicionalidades estão vinculadas

⁸ Como exemplos, podem ser citados o Brasil, com governo Collor de Mello, a Argentina, com o governo de Carlos Menem e o Chile com o governo de Augusto Pinochet.

às capacidades econômicas e de desenvolvimento dos países pela OMC que visa a abertura econômica dos países requisitantes.

Na Tailândia (1990) e em Dacar (2000), através da Conferência Mundial de “Educação para Todos” e da “Cúpula Mundial de Educação para Todos”, a educação foi reafirmada como um direito ao ser humano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1990). O enfoque nessas Conferências foi a educação básica tanto para jovens quanto para adultos e o Banco Mundial vem priorizando os investimentos para o ensino primário (séries iniciais do ensino fundamental). Isso pode ser entendido pelo fato do Banco Mundial encabeçar a “Iniciativa Via Rápida (IVR)” tomando como base as 18 Metas do Milênio (MDM's)⁹, sendo somente uma relacionada diretamente ao âmbito educacional e prioriza a educação primária. A IVR é uma iniciativa para que as dificuldades apresentadas sejam superadas até o presente momento, sendo que nos países a ser implantada deve existir um quadro de ações que deve ser desenvolvido através de resultados analisados a partir de uma visão econômica.

A IVR foi lançada em 2002 durante uma reunião entre o FMI e o Banco Mundial e tem 3 principais metas a serem alcançadas: i) A conclusão universal do ensino primário até 2015; ii) Acesso total ao ensino primário até 2010 e; iii) Melhores resultados de aprendizagem. A IVR foi desenvolvida para que as Metas do Milênio fossem alcançadas mais rapidamente e para isso também foi criado um marco de referência, onde os países devem se basear para que alcancem suas metas e considerem-nas finais. Silva; Azzi; Bock (2008) indicam que para se atingir as metas propostas e um avanço na melhoria da educação, o Banco Mundial se baseia em dados quantitativos, sem levar em consideração informações e ações relacionadas à qualidade da educação e das condições de trabalho dos professores da escola básica.

⁹ As Metas do Milênio são metas desenvolvidas em 1990 em Jomtien (Tailândia). Essas 18 metas estão contidas em 8 objetivos que são: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV, malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

No caso da OMC, deve-se considerar que esta organização busca, de modo geral, a liberalização de todos os entraves comerciais; ou em outros termos, busca-se o livre-comércio entre as nações. A transformação do GATT na Organização Mundial do Comércio surgiu pela necessidade de os países terem garantias no comércio internacional. Em decorrência foram realizadas várias rodadas de negociação, mas permanecendo os acordos já estabelecidos anteriormente.

A OMC, como foi descrito acima, trabalha de acordo com Rodadas e nelas são tomadas decisões no âmbito do comércio internacional. Dentro dela existem vários acordos de diversas áreas comerciais, dentre elas estão: o GATT, existente ainda nos dias atuais, mas chamado de “GATT 1994” e colocando em prática o estabelecido em 1947; o *General Agreement on Trade in Service* – GATS (Acordo Geral de Comércio e Serviços); o Acordo de Agricultura; o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual ligados ao Comércio etc. Para a OMC, a área educacional está inserida no setor de serviços através do GATS.

Esse acordo entrou em vigor em 1995, mas as negociações começaram somente em 2002. Esse acordo foi o primeiro a tentar regulamentar as regras internacionais para comércio e serviços, pelo fato dos serviços representarem 25% do comércio mundial, dividindo-o em doze categorias: Comércio; Comunicação; Construção e Engenharia; Distribuição; Educação; Meio Ambiente; Serviços Financeiros; Saúde; Turismo e Viagens; Lazer; Cultura e Esporte e Transporte.

Alguns exemplos com relação ao fornecimento desse comércio na área da educação podem ser dados: o comércio fronteiriço é representado quando um produto é feito num país e consumido em outro, dando-se o exemplo de cursos à distância, livros utilizados em cursos de idiomas ou quaisquer outros tipos de materiais que possam cruzar as fronteiras; o consumo no exterior acontece quando o consumidor cruza a fronteira para utilizar algum produto, palestra ou curso; a presença comercial está relacionada ao investimento de capital no exterior, como no caso de escolas internacionais; e por último o movimento temporário de pessoas físicas no qual o exemplo pode ser um professor que se desloca internacionalmente para lecionar.

Para a liberação completa ou parcial do comércio educacional passa ainda por outra dificuldade; são elas as barreiras ao livre-comércio que ocorrem no modo de fornecimento. O Quadro abaixo indica algumas dessas dificuldades que também regulam essa liberação comercial:

Quadro 1 - Barreiras ao livre-comércio

Modo	O que é	Exemplos de barreiras
1	Comércio transfronteiriço	- restrição à importação de materiais escolares; - limitação do uso dos satélites nacionais para transmissão de atividades educacionais às empresas nacionais ou estatais;
2	Consumo no exterior	- limites à mobilidade dos estudantes; - problemas com visto; - dificuldade para obter equivalência do diploma; - desigualdade de acesso aos recursos dentro do país de estudo;
3	Presença Comercial	- dificuldade para obter o direito de fornecer diplomas ou certificados; - limites ao investimento direto estrangeiro (incluindo as que limitam o tamanho das entidades estrangeiras); - exigência que a instituição de ensino pertença a pessoa ou empresa nacional; - subvenções governamentais ou qualquer benefício às nacionais; - restrição ao número de fornecedores ou à oferta de determinado tipo de serviço, de acordo com o que o governo avalia que seja necessário para o país; - restrição ao recrutamento de professores estrangeiros.
4	Movimento temporário de pessoas físicas	- monopólio estatal; - diferença no processo de aprovação de provedores de educação nacionais ou estrangeiros (pessoas físicas); - dificuldade para reconhecer credenciais de educação estrangeira; - necessidade de vistos para estudar, ensinar ou estabelecer uma empresa em outro país; - problemas com a importação por provedores estrangeiros de educadores estrangeiros.

Fonte: Adaptado de Silva; Gonzalez; Brugier (2008, p. 98).

Essas barreiras, além das políticas e normas existentes na OMC, regulam a liberação no comércio educacional internacional e a sua aplicação poderá causar grandes impactos (negativos) para a soberania nacional e poderá provocar uma falência no sistema público de ensino.

Considerações Finais

Do exposto deduz-se que os órgãos internacionais podem ter uma influência tanto quantitativa quanto qualitativamente sobre a educação de vários países, especialmente os países subdesenvolvidos. O fato de a educação estar vinculada e depender de meios financeiros não pode ser visto como um fator para a inclusão dela como uma forma de serviço a ponto de ser comercializada internacionalmente.

A educação é de fundamental importância para a autonomia nacional (sendo que preserva a identidade da população), para a constituição do cidadão e para o crescimento da economia, e não deve ser ignorada ou mercantilizada.

O debate em torno da liberação ou não da educação como um “serviço” nas rodadas de negociação da OMC deve ser urgente, dado que já há a intenção por parte dos países industrializados em inserir na agenda de debates da OMC tal questão. Ou seja, se isto vier a ocorrer, será uma oportunidade para grandes grupos educacionais internacionais investirem maciçamente em educação, desqualificando todo o trabalho de formação de recursos humanos nacionais e dos países em desenvolvimento de uma maneira geral.

A educação deve ser vista como uma aliada nacional ao desenvolvimento sócio-econômico, populacional e governamental, e para que isso aconteça o Estado deve ter conhecimento e plena participação sobre o que está sendo desenvolvido nas instituições responsáveis por essa difusão intelectual. Se as instituições públicas de ensino forem sucateadas e os acordos de liberação de “serviços educacionais” sugeridos pela OMC forem aprovados pelos governos, que estão submetidos a essa instituição, a economia estará livre para receber capitais privados do exterior, caracterizando uma perda da identidade nacional pela influência de outras nações. É necessário defender a educação pública com qualidade, tanto para o aluno quanto para o professor, e repensar o modo como administra-la para que não seja vista como um investimento de longo prazo e sim como um investimento com retorno abrangente.

Sem limites a entrada de tais empresas educacionais, estas poderão aprofundar ainda mais a mercantilização da educação, sem a respectiva qualidade de ensino ou ainda o desestímulo por parte do poder público em investir no sistema educacional, transformando-o em mero fiscalizador e regulamentador.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Glória da Anunciação. A América Latina e seu papel na atual articulação dos espaços mundiais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, p. 612-622, Jul. 2005.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 2. ed. São Paulo: Pedex, 1994. 55p.
- BRAGA, R. 2004. A falência do modelo acadêmico brasileiro. **Revista Aprender Virtual**, Marília, ed. 16, n. 4, p. 48-54, Jan.-Fev. 2004.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo. Dívida externa e alternativas de desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 3, Jul.-Set. 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br>>. Acesso em: 21 Set. 2010.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, v. 9, n. 25, p. 93-112, Set.-Dez. 1995.
- GREMAUD, Amaury P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahlan. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos**. Conferência de Jomtien. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais>>. Acesso em: 10 Jun. 2010.
- SILVA, Camila C.; AZZI, Diego; BOCK, Renato. Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008, p. 15-28.

A integração regional Brasileira atual no contexto sulamericano: Diretrizes do Banco Mundial e a Agenda na OMC sobre educação para a região.
Aloysio Marthins de Araújo Junior

SILVA, Camila C.; GONZALEZ, Marina; BRUGIER, Yana S. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-105.

SOJA, Eduard W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

.